



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO NORTE
PROCESSO SELETIVO PARA ESTAGIÁRIO DE DIREITO Nº 01/2024**

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO

1. O CARTÃO DE RESPOSTAS deve ser assinado pelo candidato e o TIPO DE PROVA deve ser indicado, sob pena de prejuízo irreparável ao seu resultado neste processo seletivo.
2. Quando autorizado pelo fiscal da sala, confira se o caderno contém: 40 questões de múltipla escolha, com quatro opções cada: a, b, c e d; 1 questão discursiva, com espaço para o rascunho na prova.
3. Antes de iniciar a prova, confira o caderno. Caso esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição. Reclamações posteriores não serão aceitas.
4. Preencha com atenção e letra legível o campo de identificação contido na parte inferior desta página.
5. Não será permitida consulta a qualquer tipo de texto, nem empréstimo ou comunicação entre os candidatos durante a realização das provas.
6. A duração da prova é de 3 (três) horas, não prorrogável, incluído o tempo destinado à identificação e ao preenchimento das respostas.
7. Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda ou rasura, ou para a qual for assinalada mais de uma opção. Evite deixar questão sem resposta.
8. Ao terminar a prova, chame o fiscal da sala e entregue o caderno de provas e as folhas de respostas das provas objetiva e discursiva.
9. Por motivo de segurança, somente durante os 60 (sessenta) minutos que antecederem o término da prova, poderão ser copiados os seus assinalamentos feitos no CARTÃO DE RESPOSTAS.
10. O não atendimento a qualquer uma das determinações constantes do caderno de prova ou orientações passadas durante o exame poderá implicar na eliminação do candidato.
11. A divulgação do gabarito e a abertura dos prazos para interposição de recursos serão realizados pelo site <http://www.mpf.mp.br/rn/estagie-conosco/concursos-de-estagio/2024>

BOA PROVA!

CPF

INSTITUIÇÃO DE ENSINO

NOME

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Sobre a Constituição de 1988, é correto afirmar que:
 - a) Trata-se de Constituição que busca superar legados da ditadura militar, tendo extinto, por exemplo, a Justiça Militar;
 - b) É uma Constituição que busca transformar a realidade, prevendo diversos objetivos a serem alcançados através do Direito;
 - c) Apresenta um texto sintético, seguindo a linha da tradição constitucional brasileira;
 - d) Foi fruto de uma Assembleia Nacional Constituinte exclusiva, ou seja, convocada unicamente para a discussão e votação do texto constitucional.
2. Acerca do controle de constitucionalidade, marque o item correto.
 - a) No julgamento da arguição de descumprimento de preceito fundamental n. 347, o Supremo Tribunal Federal não admitiu a técnica do estado de coisas inconstitucional no Brasil, no contexto da crise penitenciária;
 - b) O controle preventivo é exercido unicamente pelo Congresso Nacional, nas Comissões, e pelo Presidente da República, quando da sanção ou veto;
 - c) O controle abstrato pode ter como objeto de controle normas anteriores à Constituição de 1988, mas, de acordo com o Supremo Tribunal Federal, não é cabível ação direta de inconstitucionalidade neste caso, mas sim a arguição de descumprimento de preceito fundamental;
 - d) O Poder Legislativo não exerce controle de constitucionalidade repressivo.
3. Sobre os direitos fundamentais, tem-se que:
 - a) todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente;
 - b) é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, não cabendo à lei fixar quaisquer requisitos em torno de qualificações profissionais;
 - c) é plena a liberdade de associação para fins lícitos, incluindo a de caráter paramilitar, eis que a segurança da pátria também pode ser efetivada de modo particular;
 - d) a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, para prestar socorro, ou por determinação judicial. Em todos os casos, no entanto, a entrada no domicílio deve ser efetivada somente durante o dia.
4. Sobre a organização do Estado brasileiro, é correto afirmar que:
 - a) A Constituição consagra a forma do Estado unitário;
 - b) Não se admite a intervenção federal da União nos Estados;
 - c) A competência para legislar sobre direito eleitoral é concorrente;
 - d) A Constituição prevê mecanismos em prol da cooperação entre os entes;
5. Marque o item incorreto sobre o perfil constitucional do Poder Executivo:
 - a) O Presidente da República pode editar medidas provisórias em caso de relevância e urgência, remetendo-a à Câmara dos Deputados para análise;
 - b) O Presidente da República pode editar leis delegadas, desde que receba os devidos poderes do Congresso Nacional;
 - c) Como a Constituição de 1988 é rígida, o formalismo previsto no processo legislativo para edição de emendas constitui-

onais demanda que o Presidente da República analise o respectivo projeto após aprovado, para fins de sanção ou veto;

d) O Presidente da República exerce o comando supremo das Forças Armadas, as quais, assim, devem ser submissas ao poder civil.

6. Sobre o Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que:

a) Trata-se de uma corte constitucional voltada, unicamente, para o exercício de controle de constitucionalidade;

b) A Constituição estipula a competência para julgar crimes políticos em havendo interposição de recurso ordinário;

c) A Corte é competente para julgar recursos extraordinários, mesmo em casos sem relevância econômica, jurídica, social ou política;

d) É competente para julgar a ação declaratória de constitucionalidade em face de lei ou ato normativo federal ou estadual.

7. Sobre o Ministério Público, tem-se que:

a) É uma instituição voltada para a proteção do regime democrático, sendo dever de seus respectivos membros investigarem e processarem crimes contra o Estado Democrático de Direito, como a tentativa de golpe de Estado efetivada em 08/01/2023;

b) Não é competente para a proteção do regime democrático, sendo essa uma tarefa típica da militância política, vedada aos membros do *Parquet*, os quais devem ser estritamente técnicos e neutros;

c) Seus membros não gozam de independência funcional, devendo observar as prescrições da respectiva chefia quando realizam interpretação jurídica;

d) O Procurador Geral da República deve ser escolhido por lista tríplice organiza-

da pela Associação Nacional dos Procuradores da República, de acordo com expressa previsão constitucional;

DIREITO ADMINISTRATIVO

8. São bens públicos que não possuem qualquer destinação pública e que podem ser alienados:

a) Os bens de uso comum do povo

b) Os bens de uso especial

c) Os bens de uso especial indireto

d) Os bens dominicais

9. Em determinado município, chuvas excepcionais provocaram enchentes em uma região urbana e, por isso, parte da população teve que sair de suas casas. Para abrigar essas pessoas de forma temporária, o prefeito decidiu utilizar, de forma lícita, um galpão particular que estava sem uso. Após solução definitiva do problema ocasionado pelas enchentes, o prefeito devolveu o galpão ao particular e o indenizou por alguns danos que ocorreram durante o seu uso. Nesse caso, estamos diante do seguinte tipo de intervenção do Estado na propriedade:

a) Requisição administrativa

b) Desapropriação indireta

c) Tombamento

d) Servidão administrativa

10. Em relação ao novo regramento das Licitações e Contratos Administrativos, previsto na Lei 14.13/2021, assinale a opção **INCORRETA**:

a) há previsão expressa de que os processos ocorrerão preferencialmente por meios digitais;

b) foi excluída a modalidade de carta-convide;

c) foi excluída a modalidade de concorrência;

d) foi incluída a modalidade diálogo competitivo.

11. De acordo com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei n.º14.133/21), assinale a opção **INCORRETA**:

- a) O processo licitatório tem por objetivo assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;
- b) É possível a criação de outras modalidades de licitação ou, ainda, a combinação das já existentes na lei, à critério da administração.
- c) São modalidades de licitação: o pregão; a concorrência; o concurso; o leilão e o diálogo competitivo.
- d) Na hipótese de contratação direta indevida ocorrida com dolo, fraude ou erro grosseiro, o contratado e o agente público responsável responderão solidariamente pelo dano causado ao erário, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis

12. A Lei 8.429/92, com redação dada pela Lei nº 14.230/21, NÃO inclui, entre as espécies de atos de improbidade administrativa:

- a) os que importam enriquecimento ilícito;
- b) os que causam prejuízo ao erário;
- c) os que causam prejuízo ao patrimônio privado;
- d) os que atentam contra os princípios da administração pública;

13. Na ação por improbidade administrativa poderá ser formulado, em caráter antecedente ou incidente, pedido de indisponibilidade de bens dos réus, a fim de garantir a integral recomposição do erário ou do acréscimo patrimonial resultante de enriquecimento ilícito. A indisponibilidade de bens:

- a) não poderá ser decretada sem a oitiva

prévia do réu, em razão princípio do contraditório.

- b) poderá ser decretada sem a oitiva prévia do réu, sempre que o contraditório prévio puder comprovadamente frustrar a efetividade da medida ou houver outras circunstâncias que recomendem a proteção liminar, não podendo a urgência ser presumida.
- c) considerará a estimativa de dano indicada na petição inicial, não sendo permitida a sua substituição por caução idônea.
- d) somente poderá ser requerida pelo Ministério Público caso o noticiante represente especificamente pela medida.

PROCESSO CIVIL

14. Acerca da atuação do Ministério Público como fiscal da ordem jurídica, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Nos casos de intervenção como fiscal da ordem jurídica, o Ministério Público terá vista dos autos depois das partes, sendo intimado de todos os atos do processo.
- b) A participação da Fazenda Pública não configura, por si só, hipótese de intervenção do Ministério Público.
- c) o Ministério Público poderá produzir provas, mas não terá legitimidade para recorrer.
- d) Será intimado para intervir, no prazo de 30 dias, em processo que envolvam interesse de incapaz

15. Acerca das provas no processo civil, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) O juiz indeferirá, em decisão fundamentada, as diligências inúteis ou meramente protelatórias.
- b) O juiz poderá admitir a utilização de prova produzida em outro processo, atribuindo-lhe o valor que considerar adequado, observado o contraditório.

- c) Em regra, o ônus da prova incumbe ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito
- d) A distribuição diversa do ônus da prova pode ser feita por convenção das partes, ainda que recaia sobre direito indisponível.
16. Assinale a alternativa que aponta o recurso cabível em face de decisão interlocutória que verse sobre mérito do processo:
- a) apelação
- b) recursos especial
- c) agravo de instrumento
- d) embargos de declaração
17. Acerca da tutela provisória é **INCORRETO** afirmar:
- a) a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.
- b) Para concessão da tutela de evidência, é imprescindível a demonstração de perigo de dano.
- c) Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la.
- d) A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.
18. Em relação à Ação Civil Pública, assinale a afirmativa **INCORRETA**:
- a) A ação civil poderá ter por objeto a condenação em dinheiro ou o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer.
- b) Poderá ser proposta pela Defensoria Pública
- c) O Ministério Público, se não intervier no processo como parte, atuará obrigatoriamente como fiscal da lei.
- d) Em caso de desistência infundada ou abandono da ação por associação legitimada, o juiz extinguirá o processo.
19. João ajuizou ação de reparação de danos materiais contra Maria. No entanto, no curso da ação, Maria veio a falecer. Nesse caso, o juiz deverá:
- a) proferir sentença extinguindo o processo sem resolução de mérito
- b) suspender o curso do processo e permitir ao autor a substituição do polo passivo da ação
- c) determinar a remessa dos autos ao juízo das sucessões
- d) proferir sentença julgando a improcedência do pedido do autor
20. De acordo com o Código de Processo Civil, assinale a alternativa **INCORRETA** acerca dos Embargos de Declaração.
- a) Os embargos de declaração podem ser opostos no prazo de 10 dias, em petição dirigida ao juiz.
- b) Os embargos de declaração não possuem efeito suspensivo e interrompem o prazo para a interposição de recurso.
- c) podem ser opostos contra qualquer decisão judicial para corrigir erro material
- d) Não serão admitidos novos embargos de declaração se os 2 (dois) anteriores houverem sido considerados protelatórios.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

21. De acordo com o artigo 28-A do Código de Processo Penal, o Ministério Público pode propor um acordo de não persecução penal ao investigado, desde que este tenha confessado formal e circunstancialmente a prática de infração penal sem violência ou grave ameaça e com pena míni-

ma inferior a 4 anos. Qual das seguintes condições NÃO é um requisito para a celebração desse acordo?

- a) Reparar o dano ou restituir a coisa à vítima, exceto na impossibilidade de fazê-lo.
- b) Renunciar voluntariamente a bens e direitos indicados pelo Ministério Público como instrumentos, produto ou proveito do crime.
- c) Ser cabível transação penal.
- d) Cumprir, por prazo determinado, outra condição indicada pelo Ministério Público, desde que proporcional e compatível com a infração penal imputada.

22. De acordo com o artigo 18 do Código de Processo Penal, o que a autoridade policial pode fazer após o arquivamento do inquérito pela autoridade judiciária por falta de base para a denúncia?

- a) Arquivar definitivamente o inquérito.
- b) Reabrir o inquérito a qualquer momento.
- c) Solicitar a reabertura do inquérito caso haja existência de novas provas
- d) Encaminhar o inquérito ao Ministério Público para revisão.

23. Segundo o Código de Processo Penal, que deve ocorrer com os autos do inquérito nos crimes em que não couber ação pública?

- a) Ser remetidos ao juízo competente e aguardar a iniciativa do ofendido ou seu representante legal.
- b) Ser arquivado pela autoridade policial.
- c) Ser remetido a outra autoridade policial para decisão.
- d) Ser destruído após um período determinado.

24. Acerca do histórico da vida da mulher vítima de violência sexual:

- a) O STF, em obséquio à ampla defesa do acusado e da presunção de inocência

reconhecidos pela Constituição Federal e pela Convenção Americana de Direitos Humanos, consolidou ser amplamente permitido questionar o histórico de vida da mulher vítima de violência durante o processo judicial.

- b) O STF proibiu quaisquer questionamentos sobre o histórico de vida da mulher vítima de violência para evitar a revitimização e proteger a dignidade da vítima.
- c) O STF decidiu que apenas o advogado de defesa pode fazer questionamentos sobre o histórico de vida da mulher vítima de violência.
- d) O STF determinou que os questionamentos sobre o histórico de vida da mulher vítima de violência são obrigatórios para todos os processos judiciais.

25. Sobre busca e apreensão, segundo Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar:

- a) A Guarda Civil Municipal está autorizada a realizar busca pessoal em situações de flagrante delito e nas hipóteses em que, além da existência de fundada suspeita, houver pertinência com a necessidade de tutelar a integridade de bens e instalações ou assegurar a adequada execução dos serviços municipais, assim como proteger os seus respectivos usuários.
- b) O fato de o acusado dispensar algo no chão ao notar a aproximação da polícia não configura fundada suspeita apta a justificar a busca e apreensão sem mandado judicial, pois ofende à presunção de inocência e à garantia constitucional de reserva de jurisdição;
- c) O nervosismo do suspeito percebido pelos agentes públicos é suficiente para caracterizar a fundada suspeita para fins de busca pessoal.
- d) É dispensável, para a realização de busca pessoal ou veicular sem mandado ju-

dicial, fundada suspeita baseada em juízo de probabilidade, aferida de modo objetivo e devidamente justificada por indícios e circunstâncias do caso concreto, que evidenciem a urgência de se executar a diligência.

26. Conforme o STJ, é correto afirmar:

- a) A nulidade no auto de prisão em flagrante devido à ausência de assistência por advogado sempre se verifica, ainda que a autoridade policial tenha informado os direitos dos presos previstos na Constituição Federal.
- b) Uma vez decretada a prisão preventiva, fica superada a tese de excesso de prazo na comunicação do flagrante.
- c) Ainda que realizada a conversão da prisão em flagrante em preventiva, não fica superada a alegação de nulidade porventura existente em relação à ausência de audiência de custódia.
- d) Para a lavratura do auto de prisão em flagrante nos crimes de tráfico de drogas, é obrigatória a elaboração do laudo toxicológico definitivo, sob pena de nulidade.

27. Sobre provas no processo penal, é INCORRETO afirmar:

- a) As provas inicialmente produzidas na esfera inquisitorial e reexaminadas na instrução criminal, com observância do contraditório e da ampla defesa, não violam o art. 155 do Código de Processo Penal - CPP visto que eventuais irregularidades ocorridas no inquérito policial não contaminam a ação penal dele decorrente.
- b) As perícias e documentos produzidos na fase inquisitorial são revestidos de eficácia probatória sem a necessidade de serem repetidos no curso da ação penal por se sujeitarem ao contraditório diferido.
- c) A decisão que determina a produção an-

tecipada de provas com base no art. 366 do CPP deve ser concretamente fundamentada, não a justificando unicamente o mero decurso do tempo.

- d) Para a propositura da ação penal é fundamental a presença de provas acima da dúvida razoável da materialidade e de autoria do crime, sob pena de seu não recebimento.

DIREITO PENAL:

28. Assinale a alternativa correta em relação aos seguintes enunciados:

- I) Em relação ao concurso de pessoas, o Código Penal adota a teoria monista, segundo a qual todos que contribuem para a prática de uma infração penal cometem um único crime, distinguindo, contudo, os autores do crime dos partícipes.
 - II) Nos casos de concurso de pessoas, o coautor pode ter sua pena reduzida se sua participação for de menor importância.
 - III) Se no desdobramento causal da conduta é previsto e aceito o crime mais grave, ainda por dolo eventual, o partícipe também responde por ele.
- a) Somente os enunciados II e III são corretos.
 - b) Somente os enunciados I e II são corretos.
 - c) Todos os enunciados são corretos.
 - d) Somente os enunciados I e III são corretos.

29. A expressão *abolitio criminis* significa:

- a) deixar o Juiz de aplicar a pena quando as consequências da infração atingirem o agente de forma tão grave que a sanção se torne desnecessária.
- b) possibilidade de absolvição do agente quando a norma tipificadora da infração penal caiu em desuso.
- c) revogação de norma que tipifica uma conduta como infração penal, mas ela

- não alcança os efeitos civis da condenação transitada em julgado.
- d) a abolição da pena dos criminosos, mediante decreto do Presidente da República, normalmente editado no Natal.
30. São elementos do fato típico:
- a) conduta, relação de causalidade, antijuridicidade e tipicidade.
- b) conduta, resultado, relação de causalidade e culpabilidade.
- c) conduta, resultado, relação de causalidade e tipicidade.
- d) conduta, resultado, antijuridicidade e culpabilidade.
31. Culpa consciente é aquela em que o agente:
- a) prevê o resultado e o aceita.
- b) prevê o resultado, embora não o aceite.
- c) não prevê o resultado, que era previsível.
- d) prevê vários resultados, e os aceita.
32. São elementos constitutivos da culpabilidade, exceto:
- a) imputabilidade do agente.
- b) vontade de realizar a conduta.
- c) possibilidade de consciência da ilicitude.
- d) exigibilidade de conduta diversa.
33. Sobre o crime de lavagem e dinheiro, regulado pela lei 9.613/1998, é correto afirmar:
- a) O crime de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, tipificado no art. 1º da Lei n. 9.613/1998, não constitui crime autônomo em relação às infrações penais antecedentes.
- b) para consumação do crime de lavagem e dinheiro é necessário que o agente tenha atingido e passado por todas as etapas da lavagem que são a colocação, ocultação e integração, conforme entende o STJ.
- c) Não é necessário que a conduta anterior tenha sido praticada pelo agente autor da lavagem, bastando que tenha conhecimento que a dissimulação, ocultação, ou conversão dos ativos provenham de origem ilícita.
- d) A denúncia será instruída com indícios suficientes da existência da infração penal antecedente, não sendo punível a hipótese de lavagem cujo crime antecedente tenha sido reconhecido a extinção da punibilidade.
34. A coação moral irresistível é causa de:
- a) exclusão da antijuridicidade.
- b) exclusão da culpabilidade.
- c) exclusão da tipicidade.
- d) extinção da punibilidade.
35. A potencial consciência da ilicitude do fato é:
- a) elemento da culpabilidade.
- b) elemento do dolo.
- c) elemento do tipo subjetivo.
- d) elemento do tipo objetivo.

DIREITO CIVIL

36. Segundo as alterações promovidas pela Lei nº 13.655/18 ao Decreto-Lei nº 4.657/1942 (Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro), a decisão administrativa, controladora ou judicial que estabelecer interpretação ou orientação nova sobre norma de conteúdo indeterminado, impondo novo dever ou novo condicionamento de direito, deverá:
- a) considerar os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e exigências das políticas públicas, sem prejuízo dos direitos dos administrados.
- b) indicar de modo expresso suas consequências jurídicas e administrativas.
- c) dispor sobre a individualização das condutas em eventual aplicação de sanção,

considerando a gravidade da infração cometida e os danos à Administração Pública.

- d) prever regime de transição quando indispensável para que o novo dever ou condicionamento de direito seja cumprido de modo proporcional, equânime e eficiente e sem prejuízo aos interesses gerais.

37. De acordo com o Código Civil, assinale a alternativa correta. São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil:

- I) os menores de 16 (dezesesseis) anos;
II) os ébrios habituais e os viciados em tóxico;
III) aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade;
IV) os pródigos.
a) assertivas I e II.
b) assertivas I, II e IV.
c) assertivas I e III.
d) apenas a assertiva I.

38. Será considerado nulo o negócio jurídico quando houver:

- a) declaração, confissão, condição ou cláusula não verdadeira.
b) vício resultante de erro, dolo, coação, estado de perigo, lesão ou fraude contra credores.
c) incapacidade absoluta ou relativa do agente.
d) declarações de vontade emanadas de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio.

39. Em relação ao contrato de compra e venda disciplinado pelo Código Civil, é incorreto afirmar:

- a) É nulo o contrato de compra e venda,

quando se deixa ao arbítrio exclusivo de uma das partes a fixação do preço.

- b) Até o momento da tradição, os riscos da coisa correm por conta do vendedor, e os do preço por conta do comprador.
c) É nula a compra e venda entre cônjuges, com relação a bens excluídos da comunhão.
d) É anulável a venda de ascendente a descendente, salvo se os outros descendentes e o cônjuge do alienante expressamente houverem consentido.

40. A respeito da Responsabilidade Civil regida pelo Código Civil, marque a alternativa **INCORRETA**:

- a) O incapaz responde pelos prejuízos que causar, se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes.
b) A responsabilidade civil é independente da criminal, não se podendo questionar mais sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal, inclusive por insuficiência de provas.
c) Aquele que demandar por dívida já paga, no todo ou em parte, sem ressaltar as quantias recebidas ou pedir mais do que for devido, ficará obrigado a pagar ao devedor, no primeiro caso, o dobro do que houver cobrado e, no segundo, o equivalente do que dele exigir, salvo se houver prescrição.
d) Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.

